

Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais?¹

Arrival and diffusion of the pill in Brazil, 1962-1972: what information was available to potential users?

JOELMA RAMOS SANTANA

Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência | PUC-SP

SILVIA WAISSE

Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência | PUC-SP

RESUMO O objetivo do presente trabalho foi explorar aspectos conceituais e historiográficos relacionados à difusão da pílula anticoncepcional, especialmente entre as usuárias potenciais, na primeira década após sua introdução, em 1962, no estado de São Paulo. Em particular, buscamos analisar como se deu o processo de divulgação de informações sobre o modo de ação do contraceptivo hormonal no organismo feminino, implicações associadas e os supostos riscos e benefícios. Para tanto, utilizamos como fonte revistas e jornais de grande circulação na época. Como resultado, obtivemos um mapeamento das ideias e argumentos científicos relacionados à anticoncepção hormonal em estreita relação com o contexto sócio-histórico correspondente. Nosso estudo permitiu conferir que a chegada da pílula causou intensos debates no país, porém menos acerca de questões científicas que de problemas morais, políticos e religiosos.

Palavras-chave pílula anticoncepcional – difusão – Brasil, 1962-1972 – mídia de massa.

ABSTRACT *In the present study we sought to analyze contextual and historiographical aspects related with the early diffusion of oral contraception in Brazil, particularly among women, during the first decade after its arrival in 1962 in São Paulo. More in particular, we sought to analyze how the information about the mechanism of action of the pill on the female body, related implications and alleged benefits and risks was divulged. For that purpose, we used as sources magazines and newspapers commonly read at that time. As a result we were able to map the contemporary scientific ideas on oral contraception within the corresponding socio-historical context. Our study shows that while the arrival of the pill in Brazil triggered heated debates, they dealt less with scientific than with moral, political and religious issues.*

Keywords oral contraception – diffusion – Brazil, 1962-1972 – mass media.

Introdução

A contracepção hormonal foi desenvolvida nos Estados Unidos, na década de 1960, como o primeiro método de evitar a gravidez com quase 100% de eficiência. Segundo consta, teve boa aceitação nos EUA e na Europa, sendo

considerada um grande feito da farmacologia. De acordo com W.M.Y. Arie e colaboradores, “não existe medicamento sobre o qual se tenha escrito mais desde o início da terapêutica médica”.² De fato, existe ampla literatura acerca da relação entre o desenvolvimento da pílula anticoncepcional e alguns determinantes sócio-históricos, como o movimento eugênico e o feminista, que, embora possa parecer paradoxal, aparentemente tiveram influência convergente neste sentido.

Um dos resultados da introdução da pílula anticoncepcional, como é sabido, foi a chamada ‘revolução sexual’, com amplos efeitos na dinâmica social, cuja repercussão se estende até os dias de hoje. Já no caso do Brasil, muito pouco, ou nada, se sabe acerca da introdução da contracepção hormonal, a partir de sua chegada em 1962. Conseqüentemente, tampouco muito pouco, ou nada, se sabe acerca de como se deu a disseminação do seu uso e como ela modificou os saberes acerca da fisiologia reprodutiva da população em geral, e da feminina em particular.

Assim, a ideia geral do presente estudo foi procurar entender como ocorreu a disseminação desse medicamento de significado ímpar, sobretudo entre o público feminino. Conseqüentemente, buscamos analisar como se deu o processo de (des)informação sobre o modo de ação do contraceptivo hormona no organismo feminino, quais eram as implicações associadas e seus supostos riscos e benefícios. Para tanto, utilizamos como fontes, inicialmente, as revistas femininas circulantes na época. Nossa hipótese inicial era que as revistas femininas seriam o veículo ideal para a divulgação do novo método anticonceptivo. Contudo, a nossa pesquisa nos arquivos dessas revistas revelou que, excetuando *Cláudia*,³ nenhuma outra se ocupou do tema.⁴ Desse modo, optamos por estender o campo documental para incluir revistas e jornais destinados ao público em geral e de ampla circulação no período, o que resultou num número relevante de reportagens. As publicações assim consideradas foram os jornais *Folha de São Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) e as revistas *Jóia*, *Seleções do Reader’s Digest*, *Realidade*, *Manchete* e *Veja*.⁵

Desenvolvimento da pílula anticoncepcional

O desenvolvimento da contracepção hormonal foi um dentre os acontecimentos marcantes do século XX, sendo resultado, dentre outros fatores, de avanços no conhecimento sobre fisiologia reprodutiva e endocrinologia.⁶

Lembrando brevemente, para a década de 1930 já haviam sido isolados e identificados os hormônios sexuais, a sua estrutura tinha sido estabelecida e se havia constatado que altas doses de esteroides inibiam a ovulação.⁷ Em 1930, foi desenvolvido pela firma G. Richter, de Budapeste, um preparado chamado *Infecundin*[®], cujo propósito seria impedir a gravidez. No entanto, ele nunca foi testado, sendo a pesquisa abandonada, devido à morte do seu formulador, o médico Ludwig Haberlandt (1885-1932), em 1932. Nesse sentido, é interessante observar que Haberlandt, professor de fisiologia na universidade de Graz, Áustria, concebeu, em 1919, a possibilidade de induzir a ‘esterilização temporária do corpo feminino por via hormonal’, o que conseguiu realizar, num modelo experimental animal, em 1921, através de transplante ovariano. O trabalho, porém, foi recebido com intensas críticas, com sérias conseqüências, inclusive para a vida pessoal e familiar do médico. A pesquisa foi interrompida e, rejeitado pela comunidade científica, Haberlandt se suicidou.⁸

A partir de 1950, com o objetivo de impedir a gravidez em mulheres sadias, e principalmente em função de motivos eugênicos, o biólogo Gregory Pincus (1903-1967) e o ginecologista John Rock (1890-1984), ambos da universidade de Harvard, nos EUA, iniciaram um novo projeto para o desenvolvimento da anticoncepção hormonal. Essa tentativa foi promovida pela enfermeira e feminista norte-americana, Margareth Sanger (1879-1966), sendo patrocinada por Katherine McCormick (1875-1967), bióloga e multimilionária. Em 1955, Pincus e Rock constataram que uma dose de pelo menos 300 mg por dia de progesterona administrada por via oral era capaz de impedir a ovulação.⁹

Em 1956, a *Searle Company* iniciou os trabalhos experimentais com ‘a pílula’. Os resultados foram divulgados em janeiro do ano seguinte. De modo interessante, durante as experiências, uma amostra do progestógeno noretinedrol foi contaminada por mestranol, um estrogênio, e sendo a purificação do noretinedrol cara e dispendiosa, utilizou-se a amostra contaminada, que se mostrou mais eficaz no controle do ciclo do que o material puro. Foi assim como foi

estabelecido o princípio da pílula combinada.¹⁰ Em 1957 a droga foi aprovada pela *Food and Drug Administration* dos EUA para o tratamento de desordens menstruais. A aprovação e o lançamento do *Enovid*[®], já com fins anticoncepcionais, ocorreu em 1960, apesar das duras críticas feitas aos métodos utilizados na pesquisa. Em meio a outras polêmicas quanto aos seus riscos e efeitos colaterais, seu uso se disseminou amplamente, ainda nessa mesma década.

A pílula anticoncepcional chega ao Brasil: o discurso do controle da natalidade

A pílula chegou ao Brasil em 1962. O primeiro anúncio sobre o medicamento foi num breve comunicado sobre “Progressos da Medicina”, publicado na *Folha Ilustrada* que, incluía no mesmo patamar válvulas plásticas para o coração e pílulas hormonais para anticoncepção, consideradas uma “verdadeira vitória” no campo da farmacologia; o comunicado trazia, ainda, um breve histórico do novo medicamento.¹¹

A chegada da pílula se deu num período de grande efervescência política, no qual o país passou por um breve período parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963), que os próprios defensores desse sistema político consideravam instável demais como para solucionar a crise política de governabilidade.¹² João Goulart (1918-1976), empossado depois da renúncia de Jânio Quadros (1917-1992), teve que presidir um país à beira da guerra civil, com alta do dólar, inflação crescente e um número sem precedentes de greves, entre outros embates. Pressionado por todos os lados até não ter mais condições de resistir, em 2 de abril de 1964 Goulart exilou-se no Uruguai e a era da República Populista chegou ao seu fim.

Esse breve relato caracteriza o fim do que foi chamado de ‘nacional desenvolvimentismo’, considerado a segunda fase da industrialização e de ajuste do Brasil ao desenvolvimento econômico mundial pós-guerra, desde que na ‘Era Vargas’, e principalmente com Juscelino Kubitschek (1902-1976), o Brasil adotara o modelo econômico de abertura ao capital estrangeiro. No entanto, nem desenvolvimento nem industrialização conseguiram alterar o quadro de desigualdades sociais, mas os problemas da pobreza continuaram graves, crescia vertiginosamente a inflação e a dívida externa, as lutas sociais e ideológicas se intensificaram. Parte da população urbana padecia de fome, enquanto o aumento da violência rural, devido a disputas pela terra, levou muitos a optarem pelo êxodo. Como resultado, as cidades se povoaram, sem terem a infraestrutura necessária para receber novos moradores.¹³

Desde a década de 50, a ideia de controle de natalidade vinha ganhando força, disseminando a ideologia dos chamados neomalthusianos, segundo os quais o rápido crescimento da população poderia ser um entrave ao desenvolvimento, pois canalizaria a maior parte dos recursos econômicos para as grandes e jovens gerações, em detrimento dos investimentos produtivos. Desse modo, os países do chamado Terceiro Mundo ficariam presos num círculo vicioso, em que o alto crescimento demográfico inviabilizaria o desenvolvimento, que, por sua vez, inviabilizaria a redução da fecundidade.¹⁴ De acordo com alguns estudiosos, um exemplo notável de irradiação da ideologia neomalthusiana é fornecido pelas Conferências Mundiais de População, realizadas em Roma (1954) e em Belgrado (1965), as quais foram marcadas pela preocupação com a explosão demográfica, fazendo-se, inclusive, menção aos contraceptivos modernos, e até mesmo ao aborto, aceito em alguns países.¹⁵

Convém esclarecer que o termo ‘desenvolvimento’ era incipiente no contexto que está sendo analisado, e seu sentido bem diferente do que tem na atualidade.¹⁶ Por isso, de modo similar, também o conceito de subdesenvolvimento era diferente do atual, sendo caracterizado, segundo Y. Lacoste por:

*[...] insuficiência alimentar, recursos desprezados ou malbaratados, grande número de agricultores de baixa produtividade, industrialização restrita, hipertrofia e parasitismo no setor administrativo, subordinação econômica, extremas desigualdades sociais entre as classes, amplitude do subemprego e dos trabalhos dos menores, crescimento exagerado da população e lento crescimento dos recursos ao alcance delas.*¹⁷

Diante deste pano de fundo, não surpreende que a divulgação da pílula começasse antes mesmo de sua chegada ao país. Todavia, como será analisado, não se tratava de informar o público sobre uma nova droga, o melhor e mais eficiente contraceptivo desenvolvido até então. Tratava-se de divulgar uma arma, que, entre outras, poderia ser usada contra o tão temido inimigo, o indesejável crescimento desordenado da população.

Assim, por exemplo, uma matéria publicada em 1960, na revista *Seleções* e intitulada “Gente Demais! Que Fazer?”, descrevia os trabalhos de Pincus e Rock, mais particularmente a experimentação dos contraceptivos hormonais que eles vinham realizando em mulheres do Haiti e de Porto Rico desde 1956.¹⁸ No entanto, o autor alerta que ainda era cedo demais como para assegurar a eficácia da droga ou se ela seria, de fato, lançada no mercado. Já uma análise do texto demonstra que o foco real do artigo não era a contracepção em si, mas a necessidade de conter a ‘explosão demográfica’, especialmente, da população africana e asiática.

Nossa análise verificou que o termo ‘pílula’ geralmente não estava presente nas matérias, mas a ideia de um medicamento milagroso aparecia no contexto dos “revolucionários contraceptivos do futuro”¹⁹, junto da ideia de que alguma coisa devia ser feita, e sem demora, para controlar o número de nascimentos para o bem-estar de todos. Essa mensagem aparece em pelo menos quinze matérias sobre a explosão demográfica, todas elas publicadas antes mesmo da chegada da pílula ao país.²⁰

Um segundo argumento, aliado ao anterior, era o da oposição ao aborto como método de controle da natalidade. Nesse contexto, o autor de uma matéria, publicada na revista *Seleções* em 1964, intitulada “Planejamento da Família e a América Latina”, aponta o aborto como uma dentre as possíveis soluções para esse problema: “Alguns países iniciaram vigoroso combate a dois males, o aborto criminoso e os nascimentos descontrolados”²¹. Destaca-se aqui o modo subliminar em que o autor coloca o aborto e a natalidade indiscriminada no mesmo patamar. O componente eugênico que pressupõe esse tipo de argumentação é explícito em conclusões como as apresentadas pelo presidente da Colômbia, Alberto Camargo (1903-1990), um dos fundadores e o primeiro Secretário Geral da Organização de Estados Americanos (OEA): “O problema de nosso tempo é que, com os remédios modernos, nós estamos controlando a morte. Mas ainda não somos capazes de controlar os nascimentos e isso resulta numa crise de superpopulação, desemprego, favelas, miséria e violência”²². Convém observar que esses foram os argumentos originalmente esgrimidos por Karl Pearson (1857-1936) na formulação inicial do programa eugênico.²³

Via de regra, depois de sensibilizar o leitor contra os problemas colocados pela explosão demográfica, as fontes da época continuavam explicando, numa linguagem simples e acessível, como a pílula funcionava no corpo, por que era considerada tão eficiente e por que era um medicamento ao serviço da mulher.

Por exemplo, uma matéria intitulada “Filhos: Ciência Controla, Consciência Decide”, publicada na revista *Cláudia* em 1964, esclarece:

*No momento em que se produz a ovulação, o organismo feminino começa a segregar um hormônio chamado progesterone, cuja finalidade, é impedir a formação de outro óvulo antes que se complete o ciclo mensal. Por isso, o progesterone é conhecido, em linguagem médica, como ‘o contraceptivo natural’. Mas como os efeitos do progesterone revelaram-se fracos, quando a substância fôsse ingerida por via oral, os pesquisadores dedicaram-se a produzir quimicamente outras substâncias que impedissem a ovulação. Esse é o ponto de partida de tôdas as pílulas anticoncepcionais.*²⁴

A pílula da feminilidade e um novo discurso: ‘Casal consciente usa contraceptivo’

Outra preocupação da mídia era informar (equivocadamente) como os hormônios artificiais ‘enganavam’ o organismo feminino, induzindo uma falsa gravidez. Como relata uma matéria publicada na revista *Veja* em 1970:

*Quando toma pílulas, a mulher vive uma falsa gravidez e passa a sofrer todos os problemas próprios do período. As indicações benéficas, os problemas desagradáveis, e os perigos abaixo relacionados, variam de pessoa a pessoa e surgem numa incidência que vai do raro ao muito frequente. Somente duas indicações são gerais: regula o ciclo menstrual e evita a gravidez.*²⁵

Além disso, o estrógeno e a progesterona tornaram-se substâncias nobres para alguns segmentos da população, difundindo-se uma noção superestimada destas substâncias, trazendo preocupações para alguns médicos. Tais preocupações estão retratadas numa matéria publicada na revista *Seleções* em 1966.²⁶ A autora, Grace Naismith, relata entrevistas a médicos participantes de um congresso de ginecologia e obstetrícia realizado em Boston naquele ano. Segundo ela, embora favoráveis ao uso da pílula, os profissionais mencionaram que algumas pacientes atribuíam, equivocadamente, a esses hormônios efeitos milagrosos na feminilidade, sexualidade e bem estar da mulher, chegando a fantasiar com o retorno à juventude.

Igualmente, acreditava-se que os hormônios restauravam a textura ou contorno facial. Essa crença era promovida em anúncios,²⁷ assim como em propagandas de cremes para rejuvenescimento. Por exemplo, um creme comercializado pela empresa Helena Rubinstein, feito à base de hormônios, prometia resultados em apenas um mês ou a devolução do dinheiro.²⁸

Se tais produtos surtiram algum efeito, ora positivo, ora negativo, isso não foi noticiado pela mídia pesquisada. Contudo, a nossa análise constatou que tais propagandas desapareceram (provavelmente junto do creme) no período em que as críticas contra os anovulatórios hormonais se intensificaram, como é discutido mais tarde.²⁹

Quanto à segurança da pílula, embora efeitos colaterais negativos já tivessem sido descritos, as informações eram tranquilizadoras, a longa lista de vantagens sobrepondo-se às desvantagens. Desse modo, o que ressaltava nessa fase 'rosa' da pílula eram os supostos benefícios do seu uso: minimização do aborto, eficácia no tratamento da infertilidade,³⁰ controle da perda excessiva de sangue, diminuição das dores decorrentes das 'regras',³¹ alívio da endometriose, diminuição das tensões associadas às regras, prevenção do câncer do seio, cura de fibromas, eliminação da acne juvenil, regulação da menstruação, e assim por diante.³²

Era comum também, na época, a divulgação de estudos dedicados à busca de novos anticoncepcionais, como, por exemplo, o desenvolvimento de 'vacinas anticoncepcionais'. Tais vacinas consistiam num extrato de esperma, que injetado na mulher formaria uma camada protetora ao redor do óvulo, impedindo que o espermatozoide o fecundasse.³³ Ou a pílula para o homem, que atuaria nas glândulas genitais, esterilizando o líquido seminal.³⁴ De acordo com a mídia, tais pílulas, de cor branca neste caso, estavam sendo testadas "com sucesso" em algumas prisões dos EUA.³⁵ Contudo, o mais promissor era a 'pílula da manhã seguinte', a base de ergocornina, estudada no Instituto Weizmann, em Israel, que poderia ser tomada até três dias após a relação sexual, impedindo não a ovulação, mas a implantação do óvulo fecundado no útero.³⁶

Um outro aspecto relevante em relação à chegada e à introdução da pílula no Brasil, foi seu tratamento pela lei. Os fundamentos jurídicos do debate eram baseados, por um lado, no *Código de Ética Médica* e, pelo outro, na legislação acerca dos direitos e deveres dos cônjuges.

De acordo com o artigo 54º do *Código de Ética Médica*,³⁷ "[...] O médico não anunciará, clara ou veladamente, processo ou tratamento destinado a evitar a gravidez". Este artigo foi muito criticado na mídia, principalmente pelos próprios médicos, que não se conformavam com a aplicabilidade do mesmo, pois proibia a prescrição da pílula anticoncepcional pelos profissionais, enquanto era vendida livremente em farmácias e drogarias. Para contornar tal situação, os médicos passaram a indicá-la para 'regularizar a menstruação'. Do mesmo modo, por causa do código de ética, o preservativo era indicado como 'protetor masculino' e os cremes e geleias espermicidas para higiene íntima da mulher.³⁸

Por outro lado, numa matéria intitulada "Pílula Pode Desfazer Casamento", publicada pela revista *Jóia* em 1969, o advogado Haroldo Lins e Silva, referia-se a outra lei, sem citá-la, que segundo ele, protegia a família. Afirmava que ao marido era deferida a chefia da sociedade conjugal e, portanto, se uma esposa tomasse a pílula sem o consentimento

deste, ele poderia pedir a anulação do casamento (antes de completar dois anos) e se porventura o marido fosse estéril, poderia processá-la por adultério, sem importar, neste caso, a duração do casamento.³⁹

A lei em questão é a 4.121, de 27 de agosto de 1962, que alterou alguns artigos do Código Civil de 1916,⁴⁰ ainda vigente, incluindo:

Artigo 233: O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.

Artigo 242: A mulher não pode, sem autorização do marido:

I - praticar atos que este não poderia sem consentimento da mulher.

Portanto, é fato que os maridos tinham base legal para processar suas esposas, porém, a legislação nada indicava acerca da possibilidade de anulação do casamento.

Nesse cenário caracterizado por poucas certezas, diversos laboratórios se instalaram no Brasil e importando a matéria prima, começaram a fabricar a pílula no país com preços mais acessíveis.⁴¹ Convém lembrar que no ano exato da chegada da pílula ao Brasil, a economia brasileira entrou num longo período de depressão, com uma inflação crescente, que chegou a 91,9% nos meses que antecederam o golpe de 1964.⁴²

Convém observar que, enquanto por um lado, o discurso inicial – controlar os nascimentos para evitar a explosão demográfica e o subdesenvolvimento – permanecesse, a partir de meados de 1964, um novo discurso entrou em cena: ‘casal consciente adota contraceptivo’, que, com o tempo, passaria a predominar sobre o anterior. Enquanto que o primeiro apontava às classes mais desfavorecidas, o segundo definia um fenômeno de classe média, em parte devido a motivos econômicos.

208

Assim, as vendas não pararam de aumentar, sinalizando uma crescente aceitação. É possível se ter uma ideia deste crescimento através da mídia. Em novembro de 1962, a revista *Claudia* informou que enquanto nos EUA já havia um milhão de usuárias, no Brasil eram apenas 5.000. Esclarece, ainda, que o preço da cartela para um mês de uso era cerca de Cr\$ 1.500,00 cruzeiros (o preço da revista era Cr\$ 0,80 e o salário mínimo, Cr\$ 13.440,00).⁴³ Três anos mais tarde, o número de usuárias havia aumentado para 230.000, sendo o custo da cartela de aproximadamente Cr\$ 4.000,00 (salário mínimo: Cr\$ 42.000,00).⁴⁴

A divisória imposta pelo preço é manifesta em depoimentos de potenciais interessadas, como afirmou uma mulher entrevistada para a matéria “Cem Mães no Debate”, publicada pela revista *Jóia* em 1962: “[...] vivo nas maiores dificuldades para alimentar sete bocas. Ainda por cima estou as vésperas do oitavo parto. Se essas pílulas custarem barato, vão ser ótimas para mim e para gente na minha situação.”⁴⁵

Os problemas no acesso à pílula e seu potencial como mecanismo de controle da natalidade entre as camadas menos favorecidas já tinham sido detectados. Como se afirma numa matéria publicada na revista *Realidade* em 1966:

*Os Sociólogos da comissão do Vaticano, por outro lado, também acharam que a pílula não é a solução para o problema populacional do mundo, por ser cara demais para a população pobres do países subdesenvolvidos. Tomá-la é muito complicado para a maioria das pessoas simples não alfabetizada.*⁴⁶

A pílula: elemento de discórdia

A pílula suscitou debates intermináveis desde seu lançamento, com opiniões muito divididas, provocando controvérsia e partidarismo.⁴⁷ Se uma matéria na mídia divulgava a preocupação mundial com a explosão demográfica e

a necessidade dos tão desejáveis contraceptivos modernos,⁴⁸ outra denunciava a explosão demográfica como mero mito.⁴⁹ Se um religioso julgava pecaminoso o uso da pílula,⁵⁰ outro a defendia abertamente como arma contra o aborto.⁵¹ Se um médico se manifestava duvidoso quanto aos efeitos colaterais do medicamento,⁵² outro prontamente advogava que a gravidez trazia mais riscos à mulher do que a pílula.⁵³ Interessante a gama de profissionais que travaram embates, em oposição ou a favor da pílula: juízes,⁵⁴ jornalistas,⁵⁵ políticos,⁵⁶ padres,⁵⁷ pastores,⁵⁸ filósofos,⁵⁹ atletas.⁶⁰ Enfim, o medicamento trouxe à baila uma discussão sem precedentes.⁶¹

Talvez como fruto dessa polêmica, a partir de 1966 a pílula deixou de ser tão 'rosa' assim. Embora algumas matérias ainda insistissem em tratá-la como uma das maiores invenções da medicina moderna,⁶² o adjetivo caiu em desuso, sua imagem honrosa se desvaneceu e sua eficácia foi posta em dúvida. Ela passou a ser chamada pelo que é: pílula anticoncepcional ou apenas pílula. Nesse período, intensificaram-se as críticas ao medicamento; tudo era questionado: seus efeitos colaterais,⁶³ riscos futuros,⁶⁴ os interesses por trás de seu uso,⁶⁵ seus efeitos psicológicos⁶⁶ e consequências morais.⁶⁷ As citações a seguir ilustram algumas dessas críticas e temores:

Um sinal de alarma sobre as possíveis consequências da pílula anticoncepcional foi lançado no mês de outubro do ano passado pela revista médica inglesa 'The Lancet'; agora, o problema volta a ser examinado pelo jornal 'Le Monde' [...] pílula como todos métodos anticoncepcionais leva a ter filhos fora da idade ideal para procriar. Esse método leva a um deterioramento genético da prole. Além do mais, comprovou-se, em abortos de mulheres que faziam uso de anti-concepcionais orais, um número maior de cromossomos [...].⁶⁸

As pílulas anticoncepcionais estão novamente na defensiva. São atacadas por uma serie de associações médicas americanas e inglesas que lhes atribuem responsabilidade parcial em uma longa lista de graves doenças, como trombozes, ataques cardíacos, anormalidades visuais, esterilidade, certas formas de diabetes e mesmo câncer.⁶⁹

Em síntese, a partir desse momento, as críticas passaram a se sobressair às vantagens, ganhando, inclusive, tom de ofensa: muitas vezes parecia que não se tratava de aceitar ou não um simples medicamento, mas todo um estilo de vida.

Além disso, no período que estamos analisando chegaram, ou se desenvolveram, no país diversas entidades de utilidade pública, que contribuíram à divulgação e à estimulação do uso do medicamento. Um exemplo é o *Serviço de Orientação à Família* (SOF), que oferecia orientações gratuitas sobre a pílula e outros métodos anticoncepcionais. Em entrevista à revista *Jóia*, em 1964,⁷⁰ a diretora da instituição, Dra. Leticia Borges Costa, garantiu que os profissionais - todos voluntários - apresentavam todos os métodos, deixando a escolha por conta do casal. Além disso, explicou que a entidade oferecia outras atividades de interesse à família, como cursos pré-nupciais, orientação à gestante e sobre o parto, noções de psicologia para a educação dos filhos nas diversas idades. Enfim, o SOF fornecia muito mais que simples orientação sobre o controle da prole. Embora nessa entrevista não se mencionasse a distribuição gratuita da pílula e do dispositivo intrauterino (DIU), esse fato é relatado em outras matérias na mídia.⁷¹

Dentre as entidades recém mencionadas, a mais famosa e polêmica foi a *Bem-estar Familiar no Brasil* (BEMFAM), estabelecida em 1965. De acordo com Suzanne Serruya, a BEMFAM, filiada à *International Planned Parenthood Federation* (IPPF) representa um exemplo de institucionalização do controle de natalidade. Além do trabalho desenvolvido junto à classe médica, a BEMFAM procurava veicular suas ideias não somente no meio jornalístico, mas principalmente na mídia especializada, dirigida a médicos, políticos, professores e economistas, isto é, atores com autoridade social para legitimar os discursos controlistas e aumentar a penetração social dos mesmos. Em apenas cinco anos, a entidade promoveu 49 seminários, procurando maximizar sua ação controlista através da multiplicação dos seus defensores.⁷²

Segundo dados fornecidos pela organização, os casos de aborto provocado no Brasil, naquela época, chegavam a 1.300.000 por ano. Assim sendo, a missão da BEMFAM era combater essa prática e oferecer aos menos favorecidos a oportunidade de controlar o número de filhos, propiciando informações e orientação sobre meios modernos de planejamento familiar para multidões de casais pobres.⁷³ As unidades contavam com doações e com o apoio técnico

da IPPF, promovendo encontros, congressos e outros eventos. O atendimento gratuito, semelhante ao oferecido pela SOF, aos poucos foi se espalhando pelas capitais do país, em parceria com algumas prefeituras e instituições religiosas protestantes.⁷⁴ Para 1971, 60 dessas unidades estavam distribuídas por todo o país.⁷⁵

No entanto, essas organizações eram alvos constantes de críticas e denúncias, sendo acusadas, principalmente, de genocídio e de esterilização em massa, atendendo a interesses internacionais, que objetivavam controlar a população nos países subdesenvolvidos.⁷⁶ De fato, o discurso dessas entidades ressoava políticas internacionais explícitas, como por exemplo:

A XXI Assembleia Mundial de Saúde aprovou, recentemente, por unanimidade um amplo programa de ação relacionado com os aspectos sanitários da dinâmica populacional, o qual reconhece o papel do planejamento da família em questões de saúde individual, familiar e comunitária. O programa aprovado pela OMS aceita a responsabilidade de satisfazer as urgentes necessidades nos setores de treinamento e pesquisas e de avaliar os requisitos sanitários locais da força de trabalho dentro da estrutura do seu programa geral de saúde. [...] As atividades do planejamento da família devem ser organizadas de modo a abranger toda a gama de problemas associados com a reprodução - problemas de subfertilidade, esterilidade, aborto, gestação, educação sexual e anticoncepção [...] Os possíveis riscos dos agentes anticoncepcionais devem ser comparados com os seus benefícios em potencial à saúde familiar [...].⁷⁷

A polêmica alcançou tais níveis que, atendendo ao requerimento do deputado Mario Covas, foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), através da Resolução nº 17 de 1967, para apurar os fatos. Contudo, embora essa CPI realizasse 31 reuniões e recolhesse depoimentos que renderam centenas de páginas, não teve qualquer resultado, pois nesse período de grande tensão política, vários deputados foram cassados, estabeleceu-se censura prévia, o congresso entrou em recesso e depois foi fechado. Diante da crise política, a questão, aparentemente, tinha se tornado secundária.⁷⁸

210

As críticas, porém, continuaram, assim como o trabalho das entidades mencionadas acima. Respondendo aos ataques, a BEMFAM garantiu publicamente:

[...] existe uma grande diferença entre controle de natalidade e planejamento familiar. Nosso objetivo não é induzir casais à prática de aborto, mas evitar a gravidez [...] A BEMFAM age perfeitamente de acordo com as orientações do presidente Médici, que se declarou contrário a uma política de natalidade [...].⁷⁹

Contrariado ou não, o governo brasileiro participou de um grande empreendimento destinado aos países da América Latina. a Aliança para o Progresso, instituída pelos EUA, em agosto de 1961, no Uruguai, num encontro internacional conhecido como Conferência de Punta del Este.⁸⁰ O objetivo do projeto era promover a aliança dos EUA com os países latino-americanos, que em tese resultaria no desenvolvimento econômico dos últimos. Assim, incluía empréstimos para a construção de estradas e para o combate à seca e ao analfabetismo, entre outros. Em troca, os receptores deveriam atender algumas exigências: "a) que as nações devam fazer esforços para reduzir o seu enormemente grande índice de nascimentos; b) que devam gastar seu dinheiro para construir suas próprias nações, e não para comprar armamento pesado."⁸¹

A Aliança para o Progresso é frequentemente mencionada na mídia pesquisada no presente trabalho, ora como uma importante missão no combate à miséria, ora como crítica a Robert Kennedy (1925-1968),⁸² como neste exemplo, em que se propõe, ironicamente, uma bandeira simbolizando a aliança: "[...] que tenha um escudo, uma cegonha morta, transpassada pela flecha do Cupido, a pílula anticoncepcional e uma cornucópia"⁸³. Ou ainda:

[...] Na qualidade de representante, no Hemisfério Ocidental, da International Planned Parenthood Federation, a Dra. Ofélia Mendoza vem há cinco anos viajando pela América Latina, entrevistando interessados, funcionários de governo, médicos e leigos e ajudando-os a solucionar problemas técnicos de

organização. [...] Entretanto, para que os alvos da Aliança Para O Progresso sejam alcançados, as clínicas de planejamento da família na América Latina terão de aumentar em número num ritmo rápido. Serão necessários fundos substanciais [...] e grande quantidade de ajuda de fora discretamente prestada. Nada poderá concorrer mais para o bem-estar, não só da América Latina, mas também de todo o mundo livre.⁸⁴

Porém, embora a mídia insistisse na pressão exercida pelos EUA sobre os países latino-americanos para implantarem projetos de controle de natalidade, em todas as declarações localizadas na presente pesquisa, as autoridades competentes negaram veementemente que o Brasil tivesse adotado tais medidas.⁸⁵ Ao contrário, reiteravam sistematicamente que o controle de natalidade era muito dispendioso e seus resultados, discutíveis.⁸⁶

Enquanto algumas matérias preocupavam-se em informar sobre a polêmica ao redor das instituições que trabalhavam com os pobres e outras sobre as controvérsias médicas a respeito dos efeitos colaterais da pílula, um outro tipo de reportagem abordava o valor simbólico da pílula e sua vinculação a uma verdadeira revolução no estilo de vida da humanidade. Essas mudanças foram disseminadas através de livros, filmes, peças de teatro e músicas.

Tal situação é particularmente refletida numa matéria da revista *Newsweek*, sobre a quebra de tabus nos EUA, que segundo o autor, se havia processado numa velocidade equivalente a 50 anos em um. Essa matéria, traduzida pela repórter Zélia Prado e publicada pela revista *Jóia*, em 1968, foi o resultado de uma reportagem-pesquisa sobre a rebelião mundial nas artes contra as concepções dominantes no comportamento social.⁸⁷ Já o sociólogo Sergio Lemos, em entrevista ao repórter da revista *Realidade*, Luiz Edgar de Andrade, numa matéria intitulada “A Escalada Sexual”, publicada em outubro de 1969, expressou uma opinião diferente. De acordo com ele, a revolução sexual no Brasil não ultrapassava as grandes cidades, nas quais os jovens buscavam rebelar-se contra o “imperialismo da instituição familiar”. Embora as mudanças tivessem, de fato, chegado, ponderava, as ideias antigas ainda continuavam, sendo necessários muitos anos antes que mudanças efetivas viessem acontecer.⁸⁸ Apesar disso, a mídia, baseada mais nos acontecimentos internacionais, apresentava a pílula como atrelada a tal rebeldia e, neste sentido, ela era o símbolo da revolução sexual.

Símbolo da revolução dos costumes, da dominação norte-americana, ou ainda, instrumento da concupiscência da carne. Esses diversos significados foram temas de pelo menos cinco obras destinadas ao público em geral a partir de 1968. Os livros *A Pílula* do médico Robert Kistner, publicado pela editora Record, e *O Mito da Explosão Demográfica* de Jorge Gallo, da editora Paz e Terra, se opunham mutuamente. Enquanto o primeiro assegurava o futuro glorioso da pílula, o segundo, escrito por um católico fervoroso, defendia as razões pelas quais a Igreja proibia o medicamento, focando e escarnecendo as teses da explosão demográfica.⁸⁹

Já outros preferiram ironizar a situação, a exemplo da peça *Tio Patinhas e A Pílula*, dirigida pelo teatrólogo Augusto Boal (1931-2008), que satirizava a relação entre os EUA e os países subdesenvolvidos.⁹⁰ Na peça, o Tio Patinhas começa feliz, muito feliz, até que seu dinheiro diminui e para resolver o problema, decide colonizar outro país, contratar super-heróis para trabalhar para ele e, assim, retomar os lucros. Porém, o povo colonizado tinha filhos continuamente, o que prejudicava seus negócios; a solução é a pílula. Similarmente, o humorista José Vasconcellos (1926-2011) dirigiu e interpretou *Não Há Cupido que Agente* (1969), que de forma cômica representava o que era ser mulher naquele contexto.⁹¹ Por sua vez, um filme norte-americano, *Prudência e a Pílula*, dirigido por Fielder Cook (1923-2003), satirizou as questões morais associadas ao uso da pílula. Nessa longa-metragem, uma moça solteira, que toma as pílulas da mãe e de sua tia casada, que trai o marido, tem suas pílulas trocadas por aspirinas, desencadeando constrangimento e confusão no decorrer da história.⁹²

Algumas reportagens chegaram a extremos insuspeitados ao discutir os benefícios e males causados pela pílula. Umas garantiam que ela aguçava a sexualidade feminina, outras que causava frigidez, ou que afetava o homem, desorientava, engordava, causava neuroses, colaborava com a pornografia e com o aumento das doenças de transmissão sexual.⁹³ Assim, por exemplo: “Ontem a pílula, hoje a educação sexual, amanhã o aborto livre, em breve a eutanásia, é a grande marcha do abandono [...]”.⁹⁴ Ou algumas situações, hoje desconcertantes, como a da seguinte matéria intitulada “Cresce nos EUA a Onda de Mulheres que Fogem do Lar”: “[...] uma das consequências da revolução sexual

é o aumento do abandono do lar por parte das esposas. Novos fatores sociais, que vão desde a libertação até a pílula anticoncepcional, estão induzindo [as esposas] a abandonar suas casas [...] foi a pílula que deflagrou tudo [...]”.⁹⁵ Sintetizando, nas palavras do médico Robert Kistner, um dos principais defensores da pílula: “a pílula virou bode expiatório para diversas complicações femininas”.⁹⁶

Se a pílula já era um objeto de discórdia, a situação só piorou, quando, em 13 de janeiro 1970, o senado dos EUA, com um dossiê que demorou três meses para ser concluído, levou a pílula a julgamento. Ela foi acusada e incriminada pela maioria dos presentes. Apesar de não se atingir o objetivo desejado, a saber, proibir o uso da pílula, as consequências foram reportagens sensacionalistas e a queda do consumo.⁹⁷ Como noticiou a revista *Veja*, em janeiro de 1970:

*Sem ser banida como os ciclamatos, a pílula, que teve papel decisivo na revolução dos costumes da última década, inicia os anos 70 cercada, se não de medo, pelo menos de muita desconfiança. [...] A pílula permanece ameaçada de seguir o mesmo caminho dos cigarros, universalmente condenados, a não ser pelos que ainda acreditam que há prazeres que vale qualquer risco.*⁹⁸

A mídia continuava retratando as novidades que iam surgindo na modernização da pílula ou de variantes dela, como a pílula mensal, a mini-pílula, o promissor implante cutâneo (na época, no pulso, sendo idealizado por um brasileiro), entre outras.⁹⁹ Importante era entender a contracepção e como ela era imprescindível para o casal moderno.¹⁰⁰ Nesse contexto de busca pela esterilidade temporária, um outro método passou a ganhar mais adeptos que a pílula, sobretudo no Brasil: a esterilização definitiva.¹⁰¹ E a culpada foi, novamente, ‘a pílula’, como demonstra um matéria publicada na revista *Veja*, em janeiro de 1971:

*Apesar de proibida no Brasil, pela lei e pela ética médica, a cirurgia de esterilização para homens e mulheres é uma das operações mais em moda atualmente: o número de casos aumentou em 100% em relação a década passada. [...] O aumento dessas intervenções, porém, deve-se principalmente às continuadas e graves denúncias levantadas contra a pílula nestes últimos anos. Os temores das mulheres em relação aos anticoncepcionais - criando preocupações para os homens - fez com que elas e depois eles (o número de esterilizações masculinas é menos de um terço das femininas) buscassem uma solução definitiva e absolutamente segura de controle de natalidade: o bisturi.*¹⁰²

A oposição à pílula

Como a mídia da época reflete, não era só a Igreja Católica que se opunha a pílula, mas podemos identificar dois grandes blocos de opiniões contrárias. Um antinatalista, incluindo não só o governo norte-americano, em sua missão de conter a explosão demográfica, mas também empresários e economistas, que consideravam o crescimento desordenado um obstáculo ao desenvolvimento, assim como grupos de médicos, interessados no exercício do planejamento familiar do país, entre outros simpatizantes. O outro, anticontrolista, era representado por comunistas, contrários ao discurso capitalista controlista;¹⁰³ havia também os militares e nacionalistas de direita – que defendiam a tese de ocupação dos espaços vazios da nação, fazendo desta, uma nação forte; e outros religiosos.¹⁰⁴ Porém, ninguém se manifestou com tanta intensidade e travou uma batalha que causaria tanta insatisfação, por meio da mídia, quanto a Igreja Católica, sendo sem dúvida o carro-chefe na oposição à pílula.¹⁰⁵

A Igreja havia demonstrado desagrado já desde o lançamento do medicamento no mercado, no entanto, sem se colocar de modo claro e direto sobre o assunto.¹⁰⁶ Era comum um sacerdote criticar um determinado projeto político de controle de natalidade,¹⁰⁷ e outro debater acerca da natalidade em termos morais.¹⁰⁸ Em geral, a reflexão religiosa questionava os valores que estavam por trás destes interesses, o que, aparentemente, não incomodava os defensores da anticoncepção, principalmente dos métodos modernos, a saber, o DIU e a contracepção hormonal. A diferença era que a postura da Igreja sobre o DIU era rígida: tratava-se de um método abortivo e, portanto, era inaceitável. Os

argumentos eram convincentes, pelo menos para os fiéis, sem necessidade de maiores debates. O mesmo não foi o caso da pílula. Havia, de fato, argumentos cristãos a favor dela, já que, para alguns, além de uma potente arma contra o aborto, representava um estímulo ao bem-estar do casal, tanto sexual quanto financeiro,¹⁰⁹ uma atenuação do sofrimento dos miseráveis.¹¹⁰ Essa interpretação variável de valores cristãos causou uma brecha na Igreja, considerada uma crise multiforme por alguns,¹¹¹ como se ilustra a seguir.

Numa entrevista concedida por D. Lourenço de Almeida Prado, bispo da Diocese de São Paulo e médico, ao jornalista Luiz C. Sarmiento, publicada na revista *Jóia* em outubro de 1962, o religioso se lamenta:

*Com a profunda tristeza de uma mãe que vê que os seus filhos terão descoberto mais um meio de se encaaminharem para o erro e o vício. Do ponto de vista moral, não há nada de novo. Ingerir comprimidos, sofrer um radiação de raios X, como preferia Hitler, usar uma substância espasmolítica ou um meio mecânico, o problema oral é o mesmo: privar, por um artifício, o ato conjugal de seu poder natural de produzir a vida. Fala-se em dois gêneros de comprimidos: um do tipo enovid, de natureza hormonal, que impede a ovulação; outro, do tipo hesperidina, que inibiria a ação de uma enzima que torna o ovulo permeável. Ambos igualmente ilícitos como meios anticoncepcionais. Todavia, o primeiro admite o emprêgo lícito, quando tem fins terapêuticos (não anticoncepcional) ou visa a interferir no ciclo de ovulação para criar um momento ótimo para a fecundação.*¹¹²

Sobre a questão de ser favorável à pílula, opondo-se aos dogmas da Igreja, destaca-se o caso do próprio John Rock, católico fervoroso, que dedicou grande parte de sua vida a defender a anticoncepção. Já em 1930 havia fundado a *Clínica do Método do Ritmo*, a primeira do seu tipo nos EUA, onde ensinava o único método anticoncepcional aprovado pela Igreja. Ao participar do desenvolvimento do *Enovid*®, publicou um livro sobre a questão,¹¹³ onde expunha seu ponto de vista filosófico e teológico. Todavia, em solo brasileiro, quem ficou famoso por sustentar a posição contrária ao dogma da Igreja foi Paul-Eugène Charbonneau (1925-1987), padre canadense radicado no Brasil desde 1959, que além de se dedicar ao ministério sacerdotal, foi escritor, atuou como professor de filosofia e de ciências religiosas na PUC-SP, fundou o Colégio Santa Cruz, promoveu centenas de encontros de casais, palestras, conferências, sempre voltadas a orientação a casais e/ou educação dos filhos.¹¹⁴

213

Em sua obra *Limitação dos Nascimento*s, Charbonneau expõe sua visão sobre a moral cristã e o mundo contemporâneo, acentuando a necessidade de se limitar o número de filhos, das relações sexuais entre os esposos e a legitimidade do método Ogino-Knaus,¹¹⁵ no sentido deste ser ineficiente, principalmente no caso de mulheres com ciclo irregular; para ele a moral conjugal tradicional estava estagnada e deveria ser renovada.¹¹⁶ Em sequência, dedica aproximadamente 25 páginas ao uso dos anticoncepcionais hormonais orais do ponto de vista médico, que corrobora sua posição favorável à pílula.¹¹⁷

Em diversas ocasiões a mídia retratou a angústia que o polêmico medicamento causava entre os fiéis. Numa matéria publicada na revista *Realidade*, em maio de 1966, questiona-se: “Uma vez que a pílula não interfere no ato sexual, e desde que sua ação supostamente imita a da natureza, colocando os ovários numa fase de descanso, por que seria imoral usá-la, já que a Igreja permite, hoje, o controle da natalidade pelo cálculo do período de infertilidade da mulher? Essa é a grande pergunta de milhões de católicos.”¹¹⁸

Charbonneau partia da mesma premissa:

*Por que a mulher fica estéril temporariamente? Que fenômeno biológico se produz e como age a natureza para lhe conceder este repouso? Sem entrar em detalhes de análise biológica, guardemos apenas que o que produz esta esterilidade periódica é a presença, no organismo feminino, de um elemento químico chamado progesterona. [...] Ora a ciência moderna conseguiu estender esta possibilidade elaborando um produto medicinal que cria exatamente o mesmo fenômeno. A célebre pílula chamada ‘progestin’ reproduz as condições naturais de infecundidade, tal como são encontradas no período que segue a ovulação. Nada aqui de antinatural. O uso racional deste produto seria pois ilegítimo?*¹¹⁹

Se a década de 60 representou uma fase de mudanças, o ano de 1968 foi o ápice deste período: além do Maio de 68 francês e da morte de Martin Luther King,¹²⁰ Abreu Sobré (1917-1999), governador de São Paulo, foi alvo de pedras, num protesto na comemoração de 1º de Maio.¹²¹ Milhares de pessoas saíram às ruas do centro do Rio de Janeiro, protestando contra a ditadura.¹²² Em resposta a essa passeata, chamada de “Passeata dos Cem Mil”, foi declarado o Ato Institucional nº 5, que deu ao governo brasileiro poderes absolutos.¹²³ Assim, 1968 foi um ano de lágrimas, ora de alegria, ora de tristeza, o desejo por mudanças induzia rebeliões no mundo inteiro. A separação entre prazer e procriação estava dentro desse contexto. Relatos da imprensa afirmam que Giovanni Mantini (1897-1978), Papa Paulo VI, recebeu uma enxurrada de cartas, que em apenas três meses, bateu o recorde de correspondência enviadas a João XXIII em vida, cujo assunto era apenas um, a pílula.¹²⁴ No dia 25 de julho de 1968 a Igreja convocou a imprensa para anunciar a Encíclica *Humanae Vitae*, reafirmando os ensinamentos tradicionais da Igreja e declarando o uso de métodos anticoncepcionais não naturais como pecado mortal.¹²⁵ O resultado foi mais lenha na fogueira. Alguns sacerdotes admitiram que, em alguns países, a reação consistiu na intensificação das campanhas de distribuição de contraceptivos.¹²⁶

A repercussão no Brasil é testemunhada numa matéria publicada no *OESP*, em 20/08/68, intitulada “A Reação Mundial à Encíclica Papal”. O jornal afirma que a decisão de Paulo VI não era fundamentada no conceito de pecado, mas provinha de uma atitude política, concluindo: “A decisão de Paulo VI contraria as conclusões da Comissão de Cardeais”, observando que tanto os problemas da mulher, quanto da miséria no mundo eram ignorados na encíclica.¹²⁷

O impacto causado pela encíclica entre os fiéis foi tão significativo, que dentre as reportagens sobre a pílula desse ano, praticamente foi esquecida a questão de riscos e vantagens do seu uso, pois as matérias eram destinadas a discutir a polêmica gerada por ela. E segundo consta:

*E o Vaticano trabalha, agora, num novo documento sobre o assunto. Árduo trabalho que em todos os continentes é dirigido a partir do Vaticano, tantas vezes ameaçado no decorrer da História e que em 1968, além de defrontar-se com seus adversários conhecidos, teve de travar combate com um novo inimigo - talvez o maior do século - e que representa um produto de laboratório: a pílula.*¹²⁸

Tal documento não rendeu novas discussões.¹²⁹ O discurso religioso foi paulatinamente perdendo fervor, as discussões foram tornando-se menos acaloradas, até praticamente desaparecerem. Todavia, a Igreja jamais mudou de opinião.

Comentários finais

Como pode ser conferido, a divulgação da pílula anticoncepcional, no período de sua introdução no Brasil, não se deu por meio de revistas femininas, o que sugere que o assunto não pertencia ao universo da mulher, embora se tratasse da primeira geração que poderia separar sexo de reprodução. Antes, a divulgação ocorreu através de jornais e de revistas destinadas ao público em geral, no contexto da preocupação com a explosão demográfica, onde a pílula aparecia como uma excelente arma contra o crescimento desordenado da população e contra o aborto.

Além disso, os aspectos científicos da contracepção foram muito pouco abordados, sendo as informações sobre a fisiologia reprodutiva poucas, superficiais e até equivocadas. Ao mesmo tempo, a chegada da pílula imediatamente gerou uma reação contrária, levando a um intenso debate em torno ao uso do medicamento, envolvendo questões jurídicas, políticas, morais e religiosas. Dessa maneira, os aspectos científicos da reprodução e do seu controle passaram para um segundo plano, muito modesto.

Os dados recolhidos na presente pesquisa sugerem que as informações que permitiriam às mulheres das classes mais favorecidas realizarem uma opção bem fundamentada pela anticoncepcional hormonal não foram amplamente discutidas. Entre a população que podia arcar com os custos, os métodos anticonceptivos eram explicados em cursos pré-nupciais para moças, ministrados por médicos, preferencialmente ginecologistas.¹³⁰ Já nas camadas mais popula-

res, a orientação sobre anticoncepção no período abordado foi proeminentemente fornecida por entidades focadas no controle da natalidade, como a BEMFAM e a SOF.

Os resultados obtidos podem ser ampliados mediante análise das informações fornecidas nos programas curriculares e livros didáticos, assim como na investigação do desenvolvimento da educação sexual no país, sendo esse um projeto a ser desenvolvido no futuro.

Notas e referências bibliográficas

Joelma Ramos Santana é mestre em história da ciência pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência da PUC-SPE-mail:professorajoelma2010@hotmail.com.

Silvia Waisse é doutora em história da ciência, pesquisadora do Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência da PUC-SP. E-mail: swaisse@pucsp.br.

- 1 As autoras agradecem à CAPES pela bolsa concedida a JRS. Igualmente, agradecem às Profas. Dras. Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky (Universidade Federal do ABC) e Maria Helena Roxo Beltran (PUC-SP) pelos valiosos comentários e sugestões.
- 2 ARIE, Wilson M.Y.; FONSECA, Angela M. da; BAGNOLI, Vicente, R.; BARACAT, Edmundo C. *História da anticoncepção*. São Paulo: Leitura Médica, 2009, p. 77.
- 3 A revista *Cláudia* foi lançada em 1961, sendo a primeira, e durante muito tempo a única, que tratou de assuntos até então considerados exclusivos para o público masculino. Assim, logo mostrou-se inovadora em muitos aspectos, trazendo temas inéditos ao universo feminino, como os relacionados ao sexo e à independência financeira das mulheres, entre outros. Vide SOUTO CORRÊA, Thomaz. A Era das Revistas de Consumo. In: MARTINS, Ana L.; DE LUCA, Tania R. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- 4 Foram analisadas as revistas *Querida* (1962-1971), *Jornal das Moças* (1962-1965) e *Capricho* (1962-1972).
- 5 A revista *Manchete* não abordou a concepção hormonal no período pesquisado.
- 6 ARIE e col., 2009, op. cit., p. 70.
- 7 Idem, p. 73.
- 8 HABERLANDT, Edda. Ludwig Haberlandt: A Pioneer in Hormonal Contraception. *Wien klinische Wochenschrift*, v. 121, n. 23/24, p. 746-749, 2009.
- 9 ARIE e col., 2009, op. cit., p. 76.
- 10 Idem, p. 77.
- 11 Progressos da Medicina. *Folha Ilustrada*, 14/01/62, p. 3.
- 12 SILVA, Francisco C.T. da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Y. (Org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 351-384
- 13 Idem, p. 351-352.
- 14 ALVES, Jose E.D.; CORRÊA, Sônia. "Demografia e Ideologia: Trajetos Históricos e os Desafios do Cairo+10. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 20, n. 2, p. 129-156, 2013 [p. 129].
- 15 Idem, p. 129.
- 16 Na atualidade, o termo 'subdesenvolvimento' tem conotação econômica, acentuando a presença de desigualdade social e econômica. Assim, considera-se subdesenvolvido um país de industrialização retardatária e periférico, portanto, dependente das economias centrais. Vide BRESSER PEREIRA, Luiz C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 154-165.
- 17 LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, p. 17.
- 18 Gente demais! Que fazer? *Seleções*, 05/60, p. 46-51; vide também PEDRO, Joana M. Trajetória da pílula. In: MONTEIRO, Yara (Org.) *Olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 141-153 [p. 146]. Essa fase de experimentação da pílula volta a ser explicada em "A Verdade sobre Comprimidos Anticoncepcionais", novamente, na revista *Seleções* de 05/61, p. 53, quando o medicamento já tinha sido aprovado. Segundo esta matéria, a escolha dessas voluntárias deu-se porque "estas mulheres" não tinham as vantagens da cultura e educação das norte-americanas.
- 19 Ficção científica, *Folha da Manhã* – Gerais, p. 2, 08/04/59.
- 20 Ibid.; Controle mundial de natalidade, *Folha da Manhã* – Ilustrada, p. 4, 12/11/59; Católicos e protestantes discutem o problema da natalidade, *Folha da Manhã* – Ilustrada, p. 7, 04/12/59; Pílula anticoncepcional para homem, *FSP* – Primeiro Caderno, p. 2, 01/04/60; Especialista preconiza o controle de natalidade, *FSP* – Ilustrada, p. 5, 31/08/60; A humanidade está fadada a extinção, *FSP* – Ilustrada, p. 16, 14/09/60; Limitação da natalidade como recurso contra a fome no futuro, *FSP* – Ilustrada, p. 3, 20/9/60; A população humana deverá duplicar no fim deste século, *FSP* – Ilustrada, p. 1, 16/10/60; Em debate a limitação da natalidade, *FSP* – Ilustrada, p. 20, 15/07/62; O controle da natalidade na Índia, *OESP Geral*, p. 5, 18/01/58; Controle da natalidade, *OESP - Geral*, p. 2, 24/04/59; A luta contra o aumento do índice de natalidade, *OESP – Ciência*, p. 125, 13/12/59; A natalidade no mundo e a produção de alimentos, *OESP*, 13/08/61; Protestantes a favor do controle da natalidade, *OESP – Geral*, p. 17, 30/09/61; Anticoncepcional inaceitável, *OESP – Geral*, p. 10, 15/10/61.

- 21 MAISEL, Albert O. Planejamento da família e a América Latina. *Seleções*, 11/64, p. 45.
- 22 Brasil: 60 milhões de pílulas por ano. *Realidade*, 5/69, p. 21.
- 23 Waisse-Priven, Sílvia. MBE: Medicina Baseada em ... Eugenia? In: MOTTA, André; MARINHO, Maria G.S.M.G. (Org.) *Eugenia e história: ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: Faculdade de Medicina da USP; Universidade Federal do ABC; CD. G Casa de Soluções e Editora, 2013, p. 17-36 [p. 24-5].
- 24 Filhos: ciência controla, consciência decide. *Cláudia*, 11/64, p. 89-90.
- 25 A lei da pílula. *Veja*, 04/02/70, p. 64.
- 26 Bom senso e a 'pílula da feminilidade'. *Seleções*, 11/66, p. 62.
- 27 O que usar para ter pele perfeita. *Jóia*, 02/69, p. 100.
- 28 Propaganda do *Creme de Hormônios Ultra Feminine* publicada na revista *Jóia*, 07/69, p. 75
- 29 A última propaganda localizada foi veiculada na revista *Claudia*, 06/70, p. 15.
- 30 MEIRELES, Domingos; MACHADO, Christina. A pílula: sim ou não. *Cláudia* 07/68, p. 93.
- 31 RATCLIFF, J.D. Medicina a serviço da mulher. *Seleções* 11/63, p. 93-98 [p. 94].
- 32 Reforme suas noções sobre natalidade. *Jóia*, 06/64, p. 86-87.
- 33 60 milhões de pílulas por ano. *Realidade*, 05/69, p. 16-22.
- 34 Idem.
- 35 A primeira menção que localizamos a este respeito aparece numa reportagem intitulada Pílula anticoncepcional para homem, *FSP*, op. cit., p. 2. Onze anos mais tarde, o mesmo jornal (19/03/71, p. 4) anuncia que tais pílulas haviam sido patenteadas em Roma, tendo começado sua comercialização.
- 36 60 milhões de pílulas, 1969, op. cit., p. 17.
- 37 Esse artigo vigorou até 08/01/1988, quando foi modificado pela resolução 1.246/1988 do Conselho Federal de Medicina.
- 38 60 milhões de pílulas, 1969, op. cit., p. 17.
- 39 LINS E SILVA, Haroldo. O que diz a lei: pílula pode desfazer casamento. *Jóia*, 06/69, p. 48-49.
- 40 Presidência da República. Lei 4.121 de 27 de agosto de 1926. Dispõe sobre a Situação Jurídica da Mulher Casada.
- 41 Você pode tomar a pílula? *Jóia*, 08/68, p. 46-47.
- 42 SILVA, 2000, op. cit., p. 351.
- 43 A verdade sobre as pílulas cor de rosa. *Claudia*, 11/62, p. 502
- 44 60 milhões de pílulas, 1969, op. cit., p. 17.
- 45 SARMENTO, Luiz C. Cem mães no debate. *Jóia*, 11/62, p. 10-11 [p. 10].
- 46 60 milhões de pílulas, 1969, op. cit., p. 17.
- 47 ARIE e col., 2009, op. cit., p. 63.
- 48 Vertiginoso crescimento demográfico da América Latina. *OESP – Geral*, p. 51. 23/12/62.
- 49 Sacerdote faz críticas a Johnson. *OESP – Geral*, p. 2, 09/01/65.
- 50 Veto ao egoísmo e não à pílula. *OESP – Geral*, p. 13, 31/07/68.
- 51 O padre das pílulas. *OESP – Geral*, p. 33, 29/08/68.
- 52 Pílula tem novo estudo. *OESP – Geral*, p. 41, 21/07/68.
- 53 Uma manobra a favor da pílula. *FSP – Primeiro Caderno*, p. 20, 14/01/68.
- 54 SARMENTO, Luiz C. Juiz no debate: é crime o aborto. Mas não há crime na anticoncepção. *Jóia*, 11/62, p. 10-11 [p. 11].
- 55 "Crescer e multiplicar, dividir como? *Veja*, 30/10/68, p. 20.
- 56 A pílula do mágico. *Veja*, 11/06/69, p. 22.
- 57 Ortodoxos reprovam anticoncepcionais. *FSP – Primeiro Caderno*, p. 11, 02/08/68.
- 58 Pastor da Igreja Luterana defende o uso dos métodos anticoncepcionais. *FSP – Primeiro Caderno*, p. 9, 01/08/68
- 59 Depoimento do filósofo Arnold Toynbee sobre a 'revolução sexual' à revista *Veja*, 17/06/70, p. 3-6.
- 60 Pílulas olímpicas. *Veja*, 20/09/72, p. 62.
- 61 ARIE e col., 2009, op. cit., p. 63.
- 62 "Viva a pílula. *Veja*, 24/06/70, p. 88-89.
- 63 Anticoncepcionais e coágulos no sangue. *FSP – Geral*, p. 7, 16/09/69.
- 64 O novo tom dos rumores. *Veja*, 02/04/69, p. 48.
- 65 EUA: críticas a Robert Kennedy. *OESP – Geral*, p. 7, 14/10/66.
- 66 A pílula afeta o homem? *Jóia*, 02/69, p. 40-42 [p. 42].
- 67 BUCK, Pearl S. A pílula e a jovem solteira. *Seleções*, 06/68, p. 53-54.
- 68 Pílula tem novo estudo, 1968, op. cit., p. 41.
- 69 O novo tom dos rumores, 1969, op. cit., p. 48.
- 70 É preciso prevenir para não desesperar. *Jóia*, 12/64, p. 49-50.

- 71 Cruzada da pílula. *Veja*, 09/04/75, p. 42.
- 72 Serruya informa que a entidade se instalou primeiramente no Rio Grande do Norte, pois do ponto de vista controlista, atenderia uma população paupérrima com elevado número de filhos; porém, em pouco tempo, mediante parceria com prefeituras, espalhou-se pelo Brasil inteiro, conforme a mídia testifica. Vide SERRUYA, Suzanne. *Mulheres Esterilizadas: Submissão e Desejo*. Belém: UFPA-NAEA/UEPA, 1996, p. 21-36.
- 73 Discutindo o aborto. *OESP*, 14/04/67, p. 7; e Campinas orientará planificação familiar. *OESP*, 18/01/68, p. 20.
- 74 Na edição de 12/05/67, *OESP* traz na p. 6 uma carta do reverendo Boenerges Ribeiro, visando esclarecer o seu apoio e cooperação com a BEMFAM; como ministro religioso, coloca a sua posição cristã em concordância com o projeto. Outra reportagem, também publicada no *OESP* (12/07/70, p. 41) anuncia a inauguração de um pronto-socorro em Paulínia, incluindo gabinete odontológico, uma seção destinada a crianças que necessitassem observação especial, farmácia para fornecimento gratuito de medicamentos, e ainda, um espaço reservado para a BENFAM.
- 75 Posição da BEMFAM. *OESP*, 12/12/71, p. 9; vide também FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993, p. 101-109.
- 76 AMEG condena BEMFAM. *OESP* – Geral, p. 10, 16/10/71.
- 77 Planificação da família. *OESP* – Geral, p. 45, 22/9/68.
- 78 FONSECA SOBRINHO, 1993, op. cit., p. 109.
- 79 BEMFAM rebate críticas. *OESP*, 08/09/71, p. 5. Em 1971, a BEMFAM foi reconhecida pelo governo de Emílio G. Médici (1905-1981) como Entidade de Utilidade Pública Federal, condição exigida pela IPPF para doação de recursos, recebendo mais isenção de impostos da que já possuía. Conseguiu, ainda, continuar aviando pílulas anticoncepcionais sem receita médica, apesar do instituído pelo Ministério da Saúde desde de 1970; vide SERRUYA, 1996, op. cit., p. 25.
- 80 SMITH, Peter. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- 81 Controle familiar não é privilégio. *FSP*, 6/08/1974, p. 5.
- 82 Por iniciativa do presidente norte-americano, John F. Kennedy, seu irmão Robert, então senador, veio ao Brasil em 1962 inaugurar alguns serviços. Vide RIBEIRO, Ricardo A. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. *Perspectiva*, v. 30, p. 151-175, 2006 [p. 166].
- 83 EUA: críticas a Robert Kennedy, op. cit., p. 7.
- 84 MAISEL Albert Q. Planejamento da família e América Latina. *Seleções*, 11/64, p. 45-51 [p. 51].
- 85 Crescer e multiplicar, dividir como?, 1968, op. cit., p. 20.
- 86 Opinião é opinião. *Veja*, 12/02/71, p. 32-33 [p. 33].
- 87 AZÊDO, Maurício. A sociedade onde tudo é permitido. *Jóia*, 01/68, p. 24-34 [p. 28].
- 88 ANDRADE, Luiz E. A escalada sexual. *Realidade*, 10/69, p. 26-29 [p. 27].
- 89 A pílula ou a vida. *Veja*, 24/06/70, p. 88-89. Antes do lançamento dessas duas obras, em 1961 foi publicado *A Revolução Sexual Americana*, de Pitirim Sorokin, pela editora Fundo de Cultura, que esclarece a visão da Igreja sobre a mudança nos costumes.
- 90 Esta peça foi mencionada diversas vezes pela mídia, que a qualificou como um sucesso, tendo sido apresentada na Itália, nos EUA e na França, por exemplo; vide Peça de Boal interessa no exterior. *FSP* – Ilustrada, p. 3, 19/02/69. Contudo, nunca foi encenada no Brasil, pois foi interdita em 31/03/69 pelo Ministério da Justiça, por ser considerada subversiva ao se referir claramente à interferência direta dos EUA nos assuntos brasileiros; logo, poderia incitar anarquia ou rebelião, além de ofender o Presidente da República. Os documentos do processo se encontram em: <https://institutoaugustoboal.files.wordpress.com/2012/02/boal-tio-patinhas-e-a-pc3adlula-dcdp.pdf> (acesso em 30/11/15)
- 91 Não há Cupido que aguente. *FSP* – Ilustrada, p. 10, 18/03/69.
- 92 Prudência e a pílula. *FSP* – Ilustrada, p. 11, 15/09/68.
- 93 Você pode tomar a pílula?, 1968, op. cit., p. 46.
- 94 Citado no contexto da oposição à introdução da educação sexual nas escolas; Debates Estéreis. *Veja*, 27/12/72, p. 44.
- 95 Cresce nos EUA a onda de mulheres que fogem do lar. *OESP* – Geral, p. 5, 14/01/72.
- 96 A pílula afeta o homem?, 1969, op. cit., p. 42.
- 97 CONNELL, Elizabeth B. A pílula em debate. *Seleções*, 12/70, p. 8-12 [p. 8].
- 98 Cuidado é pílula. *Veja*, 01/70, p. 52.
- 99 ARIE e col., 2009, op. cit., p. 80.
- 100 Da pílula ao pedal. *Veja*, 22/11/71, p. 56.
- 101 BERQUÓ, Elza S.O.; CAMARGO, Maria C.A.F. de. *A Fecundidade em São Paulo: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas*. São Paulo: CEBRAP, 1977.
- 102 Bisturi x pílula. *Veja*, 01/71, p. 57.
- 103 Os esquerdistas discordavam da ideia de que a alta fecundidade fosse a causa do subdesenvolvimento, que, argumentavam era consequência da exploração capitalista. Para este grupo, os projetos neomalthusianistas eram, simplesmente, uma política dos países Imperialistas para manter os ditos países do Terceiro Mundo sob controle. Nesse sentido, as feministas, considerando, que a maioria eram esquerdistas, foram contra a pílula; vide ALVES e CORRÊA, 2013, op. cit., p. 138-139.
- 104 Esgotamento do colonialismo. *FSP* – Primeiro Caderno, p. 2, 02/02/72.
- 105 FONSECA SOBRINHO, 1993, op. cit., 79-90.
- 106 ARIE e col., 2009, op. cit., p. 28.
- 107 PORRO, Alessandro. A Igreja e a contracepção. *Cláudia*, 07/67, p. 64-65.

- 108 Decisão acerca da natalidade. *OESP* – Geral, p. 1, 17/11/65.
- 109 PORRO, 1967, op. cit., p. 65.
- 110 O padre das pílulas, 1968, op. cit., p. 33.
- 111 Admite-se crise na Igreja. *OESP* – Geral, p. 6, 15/04/67.
- 112 Entrevista de Luiz C. Sarmento, com D. Lourenço de Almeida Prado, *Jóia*, 10/62, p. 12-13.
- 113 ROCK, John. *The time has come: a Catholic doctor's proposals to end the battle over birth control*. New York: Alfred A. Knopf, 1963.
- 114 Dados biográficos tomados de "Padre Charbonneau, um Humanista no Colégio Santa Cruz". *Colégio Santa Cruz*. www.santacruz.g12.br/index.php/2011-06-22-16-20-38/congregacao-de-santa-cruz?showall=&start=4 (acesso em 30/11/15).
- 115 Método anticoncepcional que consiste em calcular o período fértil do ciclo menstrual, baseado na duração dos ciclos anteriores; vide ARIE e col., op. cit., p. 26.
- 116 CHARBONNEAU, Paul E. *Limitação dos nascimentos*. São Paulo: Codil, 1968, p. 34-48.
- 117 Idem, p. 101-25.
- 118 60 milhões de pílulas, 1969, op. cit., p. 16.
- 119 CHARBONNEAU, 1968, op. cit., p. 75-6.
- 120 Tributo negro a Luther King. *OESP* – Geral, p. 2, 06/04/68.
- 121 Passeata da provocação. *OESP* – Geral, p. 6, 03/05/68.
- 122 SILVA, 2000, op. cit., p. 370.
- 123 DONATO, Hernâni. *Brasil 5 Séculos*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000, p. 364.
- 124 PORRO, 1967, op. cit., p. 65.
- 125 ARIE e col., 2009, op. cit., p. 28.
- 126 A força desarmada do estado que prega o amor. *OESP*, 24/02/71, p. 50.
- 127 Idem, p. 50.
- 128 Moral de laboratório. *OESP* – Especial, p. 46, 11/01/69.
- 129 A encíclica *Humanæ Vitæ* foi a última das seis compostas pelo Papa Paulo VI. O próprio Papa não voltou a fazer declarações sobre a questão, pelo menos publicamente. Outros pronunciamentos feitos por bispos, padres ou outros ministros não passaram de uma defesa dos argumentos apresentados na encíclica. Como exemplo, vide: Ensinamentos da Igreja permanecem iguais, *Veja*, 28/09/69, p. 96.
- 130 VIEIRA, Cleuza. Leciona-se casamentos e matérias afins. *Cláudia*, 11/64, p. 85-87.

[Recebido em Abril de 2016. Aceito para publicação em Outubro de 2016]